

A UFAL E SUA TARDIA EXPANSÃO PARA O AGRESTE ALAGOANO: NOTAS SOBRE O SEU PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO

LA UFAL Y SU TARDÍA EXPANSIÓN PARA EL AGRESTE ALAGOANO: NOTAS SOBRE SU PROCESO DE INTERIORIZACIÓN

Lavoisier Almeida dos Santos 1

Resumo: O estudo analisa o processo de interiorização da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) para a mesorregião do Agreste Alagoano. Ao longo do texto, demonstra-se que as tensões existentes no tardio processo de interiorização da UFAL dialogam com o histórico descaso educacional presente em Alagoas. A criação desse estado foi fruto de um projeto econômico do plantio de cana para produção e comercialização de açúcar sem preocupação com o desenvolvimento educacional dos alagoanos. Tensionando essa cultura de morosidade educacional, o campus Arapiraca, primeiro momento de interiorização da UFAL, tem como condição de sua criação a adoção de um modelo curricular econômico, pautado na flexibilização. Tal modelo materializa uma universidade econômica cuja consequência é a precarização dos serviços ofertados. Conclui-se, assim, que a UFAL realiza uma trajetória controversa, pois amplia o acesso à educação superior de alunos pertencentes às classes mais pobres, mas o faz por meio da racionalização de recursos.

Palavras-chave: Educação Superior; Expansão/Interiorização; Alagoas.

Resumen: El estudio analiza el proceso de interiorización de la Universidad Federal de Alagoas (UFAL) para la mesorregión del Agreste Alagoano. Al largo del texto, se demuestra que las tensiones existentes en el tardío proceso de interiorización de la UFAL dialogan con el histórico descuido con la educación en Alagoas. La creación de ese estado fue fruto de un proyecto económico de la plantación de caña para la producción y comercialización de azúcar sin preocupación por el desarrollo educativo de los alagoanos. En la tensión de esa cultura de morosidad educativa, el campus Arapiraca, primero momento de interiorización de la UFAL, tiene como condición de su creación la adopción de un modelo curricular económico, pautado en la flexibilización. Tal modelo materializa una universidad económica cuya consecuencia es la precarización de los servicios ofertados. Se concluye, así, que la UFAL realiza una trayectoria controvertida, pues amplía el acceso a la educación superior de alumnos pertenecientes a las clases más pobres, pero lo hace por medio de la racionalización de recursos.

Palabras-clave: Educación Superior; Expansión/Interiorización; Alagoas.

Estudou filosofia no Seminário Arquidiocesano de Maceió, tendo como pesquisa para conclusão de curso o tema "A ideologia Ufanista do governo ditatorial de Medici em uma perspectiva Marxista"; que lhe rendeu a publicação de seu primeiro texto filosófico, em 2009, sobre o "Ufanismo Ideológico de Médici." Graduou-se em Letras, em 2011, com principal interesse na questão discursiva e suas relações significativas de poder. É especialista em "Docência do Ensino Superior", Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (PPGE-UFAL) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL-UFAL). E-mail: lavoisierdealmeida@hotmail.com

Introdução

Discutiremos, neste artigo, a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e seu tardio deslocamento para o interior do estado por meio da criação do *Campus Arapiraca*. No contexto de grandes precariedades do estado de Alagoas, a UFAL, em seu processo de interiorização, realiza um caminho não somente geográfico, mas também uma trajetória social de quebra de paradigmas em relação ao acesso à educação formal em Alagoas.

Contudo, para que o leitor se situe melhor e compreenda a intensidade das tensões existentes no processo de expansão e interiorização da UFAL, antes de tratar especificamente desse processo, discutiremos os fundamentos socioeconômicos sobre os quais surge o estado de Alagoas, destacando a morosidade para consolidação da educação formal e, de forma especial, da educação superior em Alagoas.

Alagoas e seus Bárbaros Cenários: A Prosperidade da Cana-de-Açúcar e a Morosidade para Solidificação da Educação Formal nos Fundamentos de sua Criação

Alagoas, mesmo sendo o segundo menor estado da União com uma área de 27.778,506 km², tinha grandes espaços sem a presença de uma universidade federal. Desde o ano de 1961, até o ano de 2006, a UFAL se encontrava confortável em Maceió, capital do estado, deixando desassistidos jovens e adultos da região do agreste, da zona da mata, do sertão e do litoral que não tinham condições econômicas de se deslocar até a capital para cursar a educação superior pública, gratuita e de qualidade oferecida pela universidade federal de seu estado.

Esses vazios universitários corroboravam para manutenção dos péssimos índices educacionais do estado de Alagoas. O Anuário Estatístico do Estado de Alagoas 2006, ano no qual se inicia a proposta de interiorização da UFAL, indica que, no início dos anos 2000, apenas 55,92% da população total residente do estado era alfabetizada, ficando o percentual alarmante de 44,08% não alfabetizada (ALAGOAS, 2007). Isto é, pouco menos da metade da população.

Uma das possibilidades para se entender os índices educacionais, apresentados por Alagoas, é analisar o processo histórico de formação desse estado surgido a partir de um projeto político-econômico de criação dos engenhos de açúcar, isto é, da cultura do cultivo da cana.

Na divisão das capitanias hereditárias, instituídas por Dom João III em outubro de 1534, o território geográfico correspondente, hoje, ao estado de Alagoas fazia parte da capitania de Pernambuco, também chamada de Nova Lusitânia. Esse seria, então, o primeiro momento da organização político-econômica do que posteriormente seria chamado estado de Alagoas (BRANDÃO, 2004).

A divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, dentre outros fins, visava intensificar o projeto colonial de exploração do Brasil por meio de uma organização de povoamento que viabilizaria não somente o comércio do Pau-Brasil, mas também o cultivo da cana para exploração do açúcar cujo preço estava em constante aumento no mercado europeu do séc. XVI. Nesse sentido:

[...] a colonização das novas terras através de plantação, e não mais apenas de simples extração de madeiras, vem estabelecer em definitivo, no nordeste do Brasil, um empreendimento de cunho capitalista – produção para o mercado – ainda que dentro do espírito do “*capitalismo mercantil e politicamente orientado*” [...], que caracteriza o século XVI português (VERÇOSA, 2006, p. 29).

Segundo Verçosa (2006), há relatos históricos que comprovam a exportação de açúcar pernambucano para Portugal já em 1526. Nota-se, pois, que o sistema de povoamento português, nesse primeiro momento da colonização, diferente do processo de colonização e povoamento espanhol, esteve apenas a serviço do projeto colonial de exploração focado tão somente no comércio por meio da plantação de cana e extração do pau-brasil, sem preocupações específicas com a educação formal dos habitantes das capitanias. No nordeste, de forma específica, a cultura

da cana-de-açúcar será, ao mesmo tempo, materialização e símbolo de tal projeto de exploração colonial.

A região ao sul da capitânia de Pernambuco, isto é, o território do futuro estado de Alagoas, até 1530 esteve entregue aos nativos da região: ao sul, os índios Caetés; ao norte, os Potiguaras (VERÇOSA, 2006, p. 37). Sob o pretexto do assassinato de Dom Pedro Fernandes Sardinha, que teria sido comido pelos Caetés depois do naufrágio da nau Nossa Senhora da Ajuda, foi realizada uma expedição para dizimar os nativos da região sul do litoral alagoano:

No soçobro da embarcação pereceram muitos indivíduos, salvando-se, não obstante, 98, que, avançando para Pernambuco por terra, foram detidos pelos selvagens, e serviram de repasto em seus festins canibalescos. A revindicta suscitada por hecatombe tão lastimável foi tremenda e pavorosa exercia a ferro e a fogo. [...] coube a [...] Jeronymo de Albuquerque o comando das tropas que vieram até Penêdo, batendo os autochthones n'uma fúria louca, aos impulsos de um ódio desabrido, que deveria culminar com o edicto régio no qual se decretava a escravidão dos índios (*sic*) (BRANDÃO, 2004, p. 28-29).

A partir da “Guerra de Extermínio”, então, se organiza uma ocupação definitiva na região sul de Pernambuco com um projeto colonizador português em terras alagoanas. Essas terras foram divididas com o objetivo econômico do plantio de cana. Eis, então, o projeto econômico da metrópole Portugal para Alagoas no final do século XVI: a criação de engenhos para a produção de açúcar.

Sendo assim, no início do século XVII, já havia registros de 20 engenhos no território alagoano:

[...] doze (12) em Porto Calvo, onze (11) em Camaragibe, cinco (5) em São Bento, dois (2) no Meirim, doze (12) em Alagoas do Sul, nove (9) em São Miguel, oito (8) em Alagoas do Norte, três (3) em Santo Antônio Meirim, sete (7) em penedo e dois (2) no Poxim (VERÇOSA, 2006, p. 41).

Há, pois, na passagem do século XVI para o século XVII, um projeto econômico arrojado para Alagoas. Esse projeto foi embasado nas condições climáticas da região, bem como em sua abundância de rios, possibilitando a solidificação e o monopólio da cultura da cana-de-açúcar no estado de Alagoas até os tempos hodiernos. A economia que iria monopolizar o comércio e lançar as bases da organização social do estado de Alagoas foi pautada, desde suas origens, no latifúndio e no trabalho escravo, colocando em movimento a relação de dominadores e de dominados, isto é, a relação existente entre o senhor de engenho e o escravo; o patrão e o empregado; o usineiro e o cortador de cana, em fim, a casa grande e senzala.

Como um projeto colonial que deu certo, Alagoas, em 1817, surge como uma Capitania, assumindo o neto do Marquês de Pombal, Sebastião Francisco de Mello Póvoas, a função de primeiro Governador da Capitania de Alagoas em 1819 (BRANDÃO, 2004, p. 83). No que diz respeito à educação formal, a nova Capitania, desde o tempo de comarca da Capitania de Pernambuco se encontrava em situação embaraçadora, pois

[...] por toda parte a ignorância apresentava os aspectos mais lastimáveis do estado coletivo. Era notória a falta de indivíduos que pudessem exercer as profissões liberais e até ocupar os cargos públicos mais modestos. [...] À chegada de Dom João VI existiam em todo território alagoano uma cadeira da língua latina e uma escola de primeiras letras na sede da comarca e uma escola primária na vila de Santa Luzia do Norte, subvencionadas pelo governo (COSTA, 2001, p. 16).

A criação da capitania de Alagoas em 1817, por sua vez, trouxe novas forças à instrução pública, educação formal da época, voltada essencialmente às classes abastadas. Contudo, passados

oito anos e, sendo estabelecida a Lei da Instrução Geral de 15 de outubro de 1827, nada foi feito em Alagoas (COSTA, 2001; VERÇOSA, 2006).

Prova dessa inércia em relação à expansão da educação formal em Alagoas são registros que apontam para o fato de que, em 1835, a ausência da instrução pública era ainda o principal problema a ser resolvido na província alagoana:

Em 15 de março de 1835, o presidente da província de Alagoas, José Joaquim Machado de Oliveira, fez considerações gerais sobre o quadro político da Província, chamando atenção para problemas [...], sendo a instrução o primeiro desafio a ser enfrentado [...]. Em seguida, ao detalhar os problemas que encontra, observa que a instrução pública é pouco difundida na Província (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 83).

Alagoas surge em 1817 como Capitania já apresentando um estágio de atraso educacional, um déficit em relação à educação formal, pois, no ato da criação da nova Capitania, Alagoas tinha apenas três cidadãos portadores de diploma superior: dois advogados e um médico (VERÇOSA, 2006, p. 63). Tal realidade é uma marca que se encontra na gênese da formação social do estado de Alagoas no período colonial, persistindo em seu desenvolvimento na república até o século XXI.

José Correia da Silva Titara, primeiro diretor da Instrução Pública em Alagoas, escreve, em 1856, um relatório que, a partir de dados concretos da realidade socioeducacional de Alagoas, vai apresentar como, depois de quase trinta anos da lei da instrução pública, a expansão do ensino público das primeiras letras se encontrava moroso e relutante de acontecer naquela província. Na verdade, Titara constata o desamparo governamental do ensino primário, ficando o mesmo à mercê da politicagem e de interesses particulares e não do bem público (COSTA, 1931).

Esse relatório é conhecido como “Relatório da Instrução Pública de 1856”. Os dados apresentados a partir de agora acerca da Instrução Pública em Alagoas são do relatório elaborado pelo professor José Correia da Silva Titara. Contudo, não tivemos acesso direto ao referido relatório, recorrendo, então, à pesquisa de Craveiro Costa (1931): “Instrução Pública e Instituições Culturais em Alagoas”, uma monografia solicitada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e publicada no ano de 1931; e aos textos de Elcio de Gusmão Verçosa intitulados “Caminhos da educação em Alagoas: da colônia aos tempos atuais” (VERÇOSA, 2001) e “Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias” (VERÇOSA, 2006).

Silva Titara reconhece que, entre os anos de 1836 a 1843, foram criadas, na província de Alagoas, muitas cadeiras destinadas ao ensino das primeiras letras. Contudo, não logrou êxito pela falta de capacidade dos professores admitidos para tal função. Ao contrário do movimento ocorrido no restante da colônia, o governo da província de Alagoas atentou contra a educação formal, entregando as novas cadeiras destinadas à instrução primária a profissionais inaptos ao magistério. Não houve registros de nenhum tipo de seleção com exigências de habilitação pedagógica (COSTA, 1931).

O ensino público de Alagoas se encontrava em um estado deplorável, principalmente pela falta de formação dos professores, levando Silva Titara, enquanto diretor da Instrução Pública, a pontuar em seu relatório:

Não temos pessoas habilitadas em didactica; os exames dos pretendentes ao magistério limitam-se á mera prova de instrução nas matérias que se propõem ensinar, sem que o examinador e a autoridade fiquem com a menor ciência de que eles têm ou não aptidão para transmitir o que houverem de ensinar. O professor de instrução elementar dirige-se a inteligências sem cultivo, que têm necessidade de explicações extremamente clara. Não basta ter noção ou idéas de uma coisa para sabe-la transmitir; é preciso ter vocação e conhecimento da arte de transmitir para se fazer entendido (*sic*) [...] (TITARA apud COSTA, 1931, p. 12).

Alagoas apenas iniciava sua vida social autônoma e já estava com sérias dificuldades na oferta

da educação formal pública. O ensino público, na verdade, já nasce nessa província agonizando, sem a devida assistência do governo e, em meados do século XIX, seus índices educacionais já eram alarmantes:

[...] em 1848 a população da província era de 207.249 indivíduos, dos quais estavam alfabetizados somente 22.566, sendo de 59.775 o número de escravos. Nesse ano a matrícula escolar fora de 2.073 alunos em 44 escolas [...] (COSTA, 1931, p. 10, 11).

Nota-se, pois, que com o fervor dos engenhos de açúcar que aqueceram o surgimento da província de Alagoas, baseada no ciclo econômico da cultura da cana, nasce também a cultura da displicência do governo com os bens públicos, como saúde e educação, fundamentada no ciclo vicioso do analfabetismo.

Passadas praticamente quatro décadas e a República estando às portas, Alagoas continuava, em 1889, com dados alarmantes em relação à educação primária. Segundo Costa (1931, p. 19), nesse ano, Alagoas contava apenas com 184 escolas, abrigando 6.458 alunos de uma população escolar de 120.000.

De fato, poucos eram os que faziam parte do grupo que deveria ter acesso à educação formal pública e, de fato, o tinham. Se levarmos em conta que no século XIX em Alagoas não há registros de muitas instituições privadas que ofertassem o ensino das primeiras letras, o número de pessoas que tinham acesso à educação formal em Alagoas era insignificante frente à demanda da população.

Essa realidade educacional do estado de Alagoas no início da República foi fruto, em boa medida, do processo social de formação de Alagoas no período colonial a partir de seu projeto econômico baseado nos engenhos de açúcar que exigia da população apenas novas formas de vassalagens, ou seja, submissão à cultura da cana-de-açúcar que já grassava a nova capitania que, no ato de sua criação, contava com apenas três pessoas portadoras de diploma de nível superior.

Esse dado histórico e a morosidade para expansão do ensino primário, no início da vida social de Alagoas, já antecipam sob que condições e em que ritmo iria se desenvolver o ensino superior no referido estado.

Para contextualizar historicamente o ensino superior no estado de Alagoas, recorreremos aos estudos de Verçosa (1997) que analisa de forma histórica e politicamente contextualizada o processo de constituição e desenvolvimento do ensino superior em Alagoas, explicando também o nascimento e desenvolvimento da UFAL como um elemento síntese da vida acadêmica levada a fato em Alagoas.

Essa abordagem é extremamente importante para podermos compreender a UFAL em seu primeiro processo de expansão, levada a fato no agreste alagoano. Verçosa (1997) se preocupa não somente com uma reconstrução ou contextualização histórica, mas também com a função que ocupa o ensino superior na sociedade alagoana, buscando compreender a natureza da UFAL enquanto instituição pública responsável pela oferta pública e gratuita da educação superior no estado de Alagoas.

A primeira instituição educacional com características e estrutura para oferta do ensino superior em Alagoas foi, segundo Verçosa (1997), o Seminário Diocesano Nossa Senhora da Assunção, criado em 1902. O Seminário diocesano ofertava os cursos de teologia e filosofia de orientação tomista para formação dos padres de Alagoas. Os jovens formados pelo seminário eram “[...] oriundos em geral de famílias oligárquicas e tidos como de notório saber, [ocupando] posições importantes, sobretudo no magistério, no funcionalismo e na política [...]” (VERÇOSA, 1997, p. 29).

É necessário destacar que no início do século XX já tínhamos, pois, uma estrutura voltada à educação superior em Alagoas, mesmo que essa estrutura fosse ligada à igreja católica e com um objetivo bem específico: a formação do clero. Mas já havia uma instituição com tal perfil e que ofertava à sociedade alagoana, em boa medida, os indivíduos responsáveis para ocupar os quadros do magistério e do funcionalismo público (VERÇOSA, 1997).

Ainda segundo Verçosa (1997), em 1916 surge, sob a responsabilidade da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió (a Perseverança), a academia de Ciências Comerciais. Surgia, então:

[...] a primeira instituição educacional de ensino superior encarregada de um saber laico, teoricamente dedicada a conhecimentos de natureza científica [...]. Voltada para um setor bem específico do ramo terciário da economia, como que para consolidar o conjunto de atividades que foi a própria razão do surgimento da cidade de Maceió – o comércio [...] (VERÇOSA, 1997, p. 26-27).

Nota-se, pois, que Alagoas chega à primeira metade do século XX com duas instituições de ensino pós-secundário, estruturadas e bem definidas quanto à sua natureza e objetivo: uma religiosa, preocupada em formar, nas sendas da doutrina cristã, padres e leigos que posteriormente atuariam nas escolas como professores e na sociedade de forma geral, assumindo cargos públicos e políticos; outra laica, focada na educação para o comércio, em uma perspectiva tecnicista.

Mister se faz destacar que essas duas instituições atendiam, via de regra, às demandas da elite alagoana, seja ela do meio rural-oligárquico ou do urbano-comercial. Contudo, apesar do prestígio que a formação acadêmica oferecida pelo Seminário Nossa Senhora da Assunção e pela Academia de Ciências Comerciais conferia, no contexto aristocrático da sociedade alagoana, aos que passavam por aquelas instituições, havia grupos da elite de Alagoas que não sentiam suas necessidades atendidas nem pelo seminário, nem pela academia comercial e, por causa disso, enviavam seus filhos para estudar em Recife, em Salvador, em São Paulo ou no Rio de Janeiro para se tornarem bacharéis em direito (VERÇOSA, 2006).

Em 1918, surgiram algumas tentativas para criação da Faculdade de Direito de Alagoas. Entretanto, somente em 1924 surgirá uma nova IES em Alagoas, porém, não será a esperada Faculdade de Direito, mas sim a Escola Superior de Agronomia:

Na edição do Jornal de Alagoas de 24 de janeiro [de 1924], sai com destaque a manchete: “Vai funcionar nesta cidade uma escola de Agronomia”. Dizendo que a escola como finalidade a formação de engenheiros agrônomos, a matéria lamenta o atraso educacional de Alagoas frente a “certos estados da Federação menos populosos e representando expressões políticas menos importantes que a nossa terra”, citando nominalmente os casos do Paraná, de Santa Catarina e do Amazonas [...] (VERÇOSA, 1997, p. 34-35).

No início da república, a situação do estado de Alagoas já era de atraso em relação a outros estados da União. Já temos, em 1924, registros oficiais sobre o quão desastroso foi o projeto colonial alagoano ao adotar uma economia centrada tão somente na cana-de-açúcar, sem se preocupar com a construção de uma cultura voltada à educação formal da população.

As investidas de 1918 para criação de uma faculdade de Direito só surtiram efeito em 1931, ano no qual se estrutura, em solo alagoano, uma IES voltada à formação de bacharéis em direito sob o nome de “Faculdade Livre de Direito de Alagoas” (FDA), sendo oficializada dois anos depois:

A oficialização é feita ainda em 1933 [através do Decreto nº 1.745, de 25 de fevereiro de 1933]. Este é um ato do reconhecimento do Governo Estadual do qual decorrem inspeção pública, através de fiscal do Estado e, conseqüentemente, seu reconhecimento oficial. Antes denominada Faculdade Livre de Direito de Alagoas, com esse ato passa a se chamar Faculdade de Direito de Alagoas [...] (VERÇOSA, 1997, p. 43).

A consolidação da FDA é um fato de suma importância na história da educação de Alagoas, pois, apesar de seu caráter elitista, é a primeira faculdade que futuramente servirá de base juntamente com outras faculdades, que surgirão posteriormente no estado, para criação, em 1961, da Universidade Federal de Alagoas.

As faculdades que serviram de base para criação da UFAL, juntamente com a faculdade de direito, foram a de Medicina, criada em 1951; a de Filosofia, criada em 1952; a de Economia, criada

em 1954; a de Engenharia, criada em 1955, e a de Odontologia, em 1957 (CAVALCANTE; VERÇOSA, 2011).

Em 1961, sob a coordenação do médico Aristóteles Calazans Simões, é aprovado pelo presidente Juscelino Kubitschek o projeto para criação de uma universidade federal em Alagoas cujas bases seriam algumas faculdades já existentes no estado:

Em 1960, os dirigentes da Faculdade de Medicina, aliados a alguns políticos e sob a liderança do médico A. C. Simões, empreendem em Brasília uma marcha pela federalização dessa instituição. Contudo, ao tomar conhecimento de que era possível aprovar um projeto de universidade, em vez de reconhecer-se de forma isolada, Dr. Simões convenceu todos a mudarem de estratégia e passou a liderar o movimento favorável à criação da UFAL. No salão nobre da Faculdade, em 11 de agosto de 1960, dia do estudante, os diretores das seis escolas superiores do Estado e algumas autoridades políticas assinam um memorial solicitando ao presidente Juscelino Kubitschek o atendimento dessa reivindicação. O memorial foi levado para a capital federal por Adalberto Câmara, presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) (CAVALCANTE; VERÇOSA, 2011).

Comparado a outros estados da União, a consolidação da educação superior pública e gratuita, ofertada por uma universidade federal em Alagoas, aconteceria tardiamente em 1970 com a criação Cidade Universitária e o aumento do número de cursos ofertados pela UFAL.

A consolidação da UFAL em uma década, de 1960 a 1970, foi um grande avanço para o estado de Alagoas. Contudo, passados dez anos de vida institucional, a UFAL, apesar da infraestrutura da Cidade Universitária, ainda estava atolada em um cenário de precariedades:

[...] o ponto básico de estrangulamento do funcionamento da Universidade. Encontrava-se no seu quadro docente. Além de só contar com dois mestres e um doutor, ele tinha apenas 295 professores, quando os cargos existentes eram de 738. [...] [A] política de contenção de despesas levadas a efeito pelo Reitor anterior para construir a infra-estrutura física da Universidade [...] tinha incentivado a improvisação de professores através do instituto de 1/3 e impedido a saída de docentes para qualificação. [...] em 1971, dos 96 titulares existentes, 50 tinham o benefício de 1/3 a mais nos seus salários para ministrarem aulas de outras disciplinas que não as suas próprias (VERÇOSA, 1997, p. 146-147).

Ao voltarmos nossa atenção para o surgimento da educação formal em Alagoas, bem como sua solidificação, expansão e democratização, percebemos o caráter elitista e excludente da mesma. O processo de criação e solidificação da faculdade de direito simboliza bem tal caráter, pois, à exceção da figura de Agostinho Benedito de Oliveira, como será indicado a seguir, tal processo foi protagonizado pela elite alagoana que buscava um curso superior de prestígio social, em âmbito nacional, nas terras de Alagoas.

Segundo pesquisas do prof. Elcio de Gusmão Verçosa nos Arquivos do Instituto Histórico Geográfico e em jornais de circulação do início do século XIX, Agostinho Benedito de Oliveira foi uma figura central no processo de criação da faculdade de Direito, constituindo-se uma chave de interpretação interessante para entendermos o processo de solidificação do ensino superior em Alagoas:

[...] homem de origem humilde, nascido e criado às margens das lagoas próximas a Maceió, foi sargento-músico da Polícia Militar [...] presença constante nas várias iniciativas [...] para criação de escolas de nível superior em Alagoas, sua história pessoal parece nos fornecer indicações que permitem melhor

entender algumas das motivações que provocaram sua tão decidida obstinação em fazer nascer Faculdades. O fato de ele, depois de haver obtido posto no Liceu por concurso, ter sido exonerado arbitrariamente em 1914, só vindo a ser reintegrado na função de três anos depois, por força de sentença judicial, parece já ser uma boa pista. A sua luta para romper com o estigma de homem negro, pobre e filho de mãe solteira, numa sociedade profundamente preconceituosa, elitista e moralista, toda perpassada por valores aristocráticos [...]. Agostinho parecia determinado, com sua convivência no meio acadêmico e, se possível, também com a conquista do título de bacharel, a ganhar na sociedade um lugar que as circunstâncias da vida lhe vinham sistematicamente subtraindo e, nesse sentido, sua ação parece emblemática, representando um caso extremo de busca de ascensão social pela aquisição de um diploma [...] (VERÇOSA, 1997, p. 32–34).

Complementando o pensamento de Verçosa (1997), não somente a ação, mas também e principalmente a figura de Agostinho é emblemática, ilustrativa e simbólica para entendermos a solidificação, expansão e democratização da educação formal em Alagoas, pois, mesmo sendo um grande articulador para o surgimento da faculdade de Direito em Alagoas e tendo conseguido ingressar, sob fortes tensões, em tal faculdade, acabou sendo afastado silenciosamente da mesma em 1934, não conseguindo o sonhado grau de bacharel (VERÇOSA, 1997).

Nesse sentido, Agostinho simboliza bem a classe trabalhadora, os pobres, os negros, enfim, as minorias que, apesar de seus esforços pessoais e de figurarem nos discursos oficiais do governo e de organismos multilaterais como protagonistas e principais beneficiados por esse processo de expansão da educação superior, têm dificuldades estruturais, em pleno séc. XXI – século destinado pela UNESCO à universalização da educação superior de qualidade, para acessar e permanecer na educação superior, principalmente nos ditos cursos de maior prestígio social que trazem maior rentabilidade financeira.

O processo de interiorização da UFAL, por sua vez, materializa bem essa ideia, pois somente depois de quarenta e cinco anos de existência é que essa universidade chega, com uma estrutura altamente precarizada ao interior de Alagoas, ofertando os cursos de Biologia, Educação Física, Física, Matemática, Química, Administração, Ciências da Computação, Arquitetura, Agronomia, Zootecnia e Enfermagem, mas sem a oferta dos cursos de maior prestígio social e maior rentabilidade financeira como direito, medicina, engenharias etc.

A UFAL e seu tardio processo de interiorização para o agreste alagoano

Chamamos o movimento de interiorização da UFAL para o agreste alagoano de *tardio processo de interiorização* pelo fato de o mesmo acontecer somente depois de quase meio século de existência da referida universidade no estado de Alagoas. Se formos observar esse dado a partir do ano de fundação das faculdades que foram reunidas para criação da UFAL, a saber: Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), esse processo torna-se, na verdade, um *remoto deslocamento* que demorou aproximadamente três quartos de século (setenta e três anos) para acontecer.

A UFAL, em 2004, vislumbra no “Programa de Expansão da Educação Superior Pública” (2003-2006) uma possibilidade de se expandir para o interior. É interessante observar que esse programa do governo federal era restrito, surgindo inicialmente com apenas doze universidades. Contudo, houve questionamentos e disputas políticas, dobrando-se, no ano seguinte, o número de universidades contempladas pelo programa. É, aí, então, que a UFAL é contemplada, surgindo a possibilidade da criação de um *Campus* da UFAL no interior de Alagoas (UFAL, 2005).

No entusiasmo do programa, a UFAL forma uma comissão de estudos sobre sua interiorização da UFAL com o objetivo de se construir um projeto de interiorização apontando-se para onde se ia expandir e como aconteceria essa expansão.

O Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas foi apresentado ao MEC no final de 2004, sendo aprovado pelo mesmo, em meados de 2005, com a liberação imediata da criação do *Campus* Arapiraca, instituído pela resolução do conselho universitário da UFAL de nº 20/2005 de 1º de agosto de 2005 que, no seu Art. 1º, aprovou a criação e a implantação do *Campus* de Arapiraca da Universidade Federal de Alagoas, constituindo-se na primeira etapa do Projeto de Interiorização da mesma. Tem-se outra resolução de mesma data que apresenta o mesmo conteúdo, acrescentando-se três polos – Penedo, Viçosa e Palmeira dos Índios – à estrutura do referido *Campus*, cuja sede seria em Arapiraca com (Resolução nº 20-A/2005).

Inaugurado no dia 16 de setembro em 2006, o *Campus* Arapiraca surgiu da efetiva necessidade de atendimento à crescente demanda de alunos matriculados no Ensino Médio em escolas pertencentes à rede estadual de ensino daquela região. Esses alunos, ao terminarem o ciclo de estudos da educação básica, não teriam condições de ingressar na educação superior, a não ser que esta fosse gratuita e se encontrasse em sua região, devido à baixa capacidade de deslocamento para Maceió e ao baixo nível de renda familiar (UFAL, 2005).

Contudo, mesmo com a forte necessidade da presença da UFAL no interior de Alagoas para atender a uma demanda carente específica da região agrestina, a resistência da UFAL, em seu interior, foi intensa, pois o contexto da universidade que ousava se expandir, interiorizar-se pelo estado de Alagoas, era de precariedades.

Nas reuniões realizadas com os cursos, centros e unidades no *campus* sede, A.C. Simões, os professores que se colocaram contra a interiorização argumentavam justamente nesse sentido da precarização existente na estrutura física da UFAL em Maceió e da própria necessidade de realização de concurso público para preencher os quadros docentes marcados pela necessidade de mais contratações. Contudo, a verba chegada na UFAL, via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), só poderia ser utilizada com fato novo, isto é, expansão/interiorização.

Na realidade, o REUNI, programa responsável pela solidificação do processo de interiorização da UFAL, não foi uma política voltada à manutenção das universidades públicas, mas tão somente à sua expansão imediata com obrigatória adoção de um modelo curricular flexibilizado que garantisse o “melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007a, Art. 1º). Não se buscou fortalecer as universidades, melhorando-se seus quadros e espaços físicos para que, em um momento posterior, pudesse realizar uma expansão sólida e intensa. Fica claro, então, que o REUNI, enquanto política pública de expansão da educação superior, não levou em consideração a realidade em curso da UFAL, intensificando e ampliando seu contexto de precariedade, isto é, de escassez de recursos humanos e físicos.

A principal preocupação não foi com a melhoria da UFAL para solidificação e expansão da educação superior pública, gratuita e de qualidade no estado de Alagoas, mas sim com uma expansão territorial e numérica imediata. Podemos tomar como ilustração desse fato a transposição de um rio poluído, já abaixo de seu nível normal de funcionamento, matas ciliares escassas e poucos afluentes. Certamente a água que chegará às outras comunidades, beneficiadas por sua transposição, não será de boa qualidade e o próprio rio tenderá a extinguir-se. O caminho mais acertado seria primeiro revitalizar o rio para depois expandi-lo a outras regiões. Assim também acontece com a UFAL, pois o mais viável era recompor seus quadros e espaços para depois expandir para o interior. Contudo, os recursos do REUNI eram exclusivos para expansão, sendo precária a universidade que vai ao agreste e a que fica em Maceió.

Contudo, mesmo em seu contexto de precariedades, era necessária a presença da UFAL no interior do estado, pois quando se pensou a criação do *Campus* Arapiraca, a demanda da região agreste, correspondente às 3ª e 5ª Coordenadorias Regionais de Ensino (CRE), ligadas à Secretaria Estadual de Educação, era de 70.354 alunos matriculados, o que representava 32,18% da demanda estadual (ALAGOAS, 2007). Frente aos dados, a presença da UFAL no agreste do estado se mostrava como um avanço significativo para o fortalecimento da cultura letrada e para o melhoramento dos índices socioeconômicos de Alagoas.

É nesse contexto que a UFAL apresenta como objetivo geral de sua interiorização atender à demanda agrestina, realizando seu papel social de desenvolvimento estadual:

Atender a forte demanda aí caracterizada – representada por elevado número de estudantes egressos do ensino médio, pobres e com baixa ou mesmo nula capacidade de deslocamento ou transferência para Maceió, ao tempo que reafirma o papel da UFAL enquanto importante desenvolvimento estadual e regional (UFAL, 2005, p. 6).

Para atender a essa demanda, a UFAL propõe uma “Renovação Pedagógica,” uma nova experiência de educação superior para o interior do estado (UFAL, 2007, p. 22). Pensava-se em um modelo de universidade racional, flexível e inovador que respondesse às necessidades das vocações econômicas das sub-regiões do estado de Alagoas, preenchendo os espaços sem a presença da universidade federal no referido estado.

Contudo, mesmo sendo pontuadas as vocações econômicas do Estado a partir das demandas regionais e vazios universitários, a proposta de interiorização da UFAL para o interior alagoano foi orientada por um projeto acadêmico-administrativo racional em recursos físicos e humanos, caráter economicista da reforma da educação superior em curso no Brasil com intensificação do trabalho docente e precarização das atividades universitárias, instituindo-se em Arapiraca uma UFAL com modelo curricular flexível diferente da UFAL existente na capital.

O campus Arapiraca e os fundamentos da flexibilização curricular nos planos de desenvolvimento institucional da UFAL

É interessante observar que até o ano de 2005 não havia, nos documentos da UFAL, discussões ou direcionamentos a respeito da referida renovação pedagógica. Analisando os Planos de Desenvolvimento Institucional da UFAL, não identificamos no PDI 2000-2003 absolutamente nada sobre renovação pedagógica, flexibilização curricular ou algo do gênero.

Contudo, o PDI seguinte, 2006-2008, vai apresentar a flexibilização curricular como a grande estratégia para o ganho quanti-qualitativo da UFAL. Tal plano de desenvolvimento institucional traz a preparação da UFAL para as demandas globais e locais como argumento fundamental de suas propostas de ação:

Com este PDI, estamos renovando o compromisso com a UFAL para alinhá-la à nova era do conhecimento baseada num ambiente que busca autonomia, visando torná-la uma instituição inovadora e de expressão regional, com dimensão compatível com o atual estágio de desenvolvimento e com as necessidades futuras que a realidade alagoana impõe (UFAL, 2006, p. 5).

A ideia latente nesse PDI é que, a partir de suas ações estratégicas, aconteceria a modernização da UFAL, tornando esta apta a disponibilizar soluções inovadoras para resolução dos problemas estruturais do estado de Alagoas nas áreas da educação, da saúde e da terra (UFAL, 2006).

O cenário acadêmico-social no qual e para o qual é pensada a nova estrutura organizacional da UFAL é justamente o da nova era do conhecimento na qual a constante transformação é o grande paradigma da sociedade:

O momento exige agilidade, flexibilidade, eficiência e adaptabilidade nas ações acadêmicas e administrativas para acompanhar a realidade do mundo em rápida transformação. Com essa nova estrutura organizacional a UFAL terá condições de atender as demandas da sociedade (UFAL, 2006, p. 16).

Nesse sentido, a UFAL apresenta, no PDI 2006-2008, a flexibilidade e a criatividade como princípios básicos para criação dos projetos políticos pedagógicos dos cursos para construção de novos paradigmas, novos papéis sociais e também novas formas de sociabilidade para os sujeitos envolvidos no processo formativo das graduações. Para tanto, o referido Plano estabelece:

[...] o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação da UFAL

exige preocupação com a inovação na organização curricular, seja com relação à incorporação dos avanços tecnológicos, seja à integralização do curso ao perfil desejado do egresso e ao sistema educacional em sua totalidade (UFAL, 2006, p. 39).

No que diz respeito à flexibilização curricular propriamente dita, o PDI (2006-2008) aponta para a necessidade da criação, nas licenciaturas, de um espaço interdisciplinar:

[...] É dentro desse espírito que na UFAL recomenda-se a criação de um espaço interdisciplinar denominado Projetos Integradores que podem ser incorporados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, sendo nas Licenciaturas componente curricular obrigatório segundo Resolução elaborada pelo Colegiado dos Cursos de Licenciatura e aprovado pelo CEPE (UFAL, 2006, p. 41).

A flexibilização curricular pensada pela gestão da UFAL, à época do referido PDI, foi materializada com a implementação dos Projetos Integradores, aprovados pela Resolução nº 32/2005-CEPE/UFAL. Tal resolução tinha por finalidade definir um conjunto de disciplinas comuns e procedimentos acadêmicos que pudessem garantir a formação do professor na sua especificidade profissional. Essas disciplinas seriam um lugar comum, favorável à interdisciplinaridade, dos diversos cursos de licenciatura do *Campus* A. C. Simões. Essa ideia foi ratificada em 2014, pelo conselho universitário da UFAL, através da resolução nº 59/2014-CONSUNI/UFAL (Anexo C), de 6 de outubro de 2014, que atualizou os componentes curriculares comuns às licenciaturas da UFAL-*Campus* A. C. Simões a serem desenvolvidos por meio das disciplinas: Profissão Docente: 60 (sessenta) horas; Política e Organização da Educação Básica no Brasil: 80 (oitenta) horas; Desenvolvimento e Aprendizagem: 80 (oitenta) horas; Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem: 80 (oitenta) horas; Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar: 80 (oitenta) horas.

Contudo, é importante destacar que no ano que se começa a pensar essa ideia de espaço comum nas licenciaturas, isto é, em 2005, já se tinha iniciado o processo de interiorização da UFAL com uma proposta de flexibilização curricular mais ampla e intensa, cujas raízes se encontram nas políticas nacionais para expansão da educação superior como, por exemplo, o PNE (2001-2010) e o PDE, e germinam no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL.

Surge, então, nas ações propostas pelo PDI (2006-2008), a iniciativa de se “[...] implementar um novo modelo organizacional, interiorizando ações de ensino, pesquisa e extensão, com a criação de campi avançados em municípios alagoanos” (UFAL, 2006, p. 70). Essa ação, em específico, teria como meta: “[...] Construir e consolidar o Campus Arapiraca – Agreste [e] [...] Implantar e consolidar o Pólo (*sic*) Penedo” (UFAL, 2006, p. 70).

Posteriormente, esse novo modelo organizacional vai aparecer mais elaborado e já sistematizado em três documentos da Universidade Federal de Alagoas: no Projeto de Interiorização da UFAL: uma expansão necessária (2005), no Projeto REUNI da UFAL (2008), no PDI (2008-2012) e no PDI (2013-2017).

O PDI (2008-2012), por sua vez, apresenta mais claramente a ideia de flexibilização curricular e uma proposta mais intensa de *lugar comum* para as graduações. O PDI anterior apresentava, através dos Projetos Integradores, um espaço habitado, cada uma a seu tempo, por todas as licenciaturas. O PDI (2008-2012), já acalorado com o advento do REUNI, intensifica essa ideia, apresentando um espaço-tempo comum para todos os cursos de graduação da UFAL - *Campus* Arapiraca. Na verdade, esse novo modelo já tinha sido apresentado, em 2005, no projeto de Interiorização da UFAL, contudo só foi incorporado institucionalmente no referido PDI para argumentar que o novo projeto não é apenas um modelo do interior, mas sim da UFAL, apresentando uma nova organização para os cursos de graduação:

A nova estrutura e o novo conteúdo curricular - contemplando a oferta semestralizada de disciplinas -, são organizados mediante *Troncos* de Conhecimento que definem estratos de formação progressiva, como apresentado a seguir: *Tronco Inicial*, de conteúdo geral, comum a todos os cursos; *Tronco*

Intermediário, de conteúdo comum aos cursos de cada *Eixo Temático*; *Tronco Profissionalizante*, conteúdo específico da formação graduada final (UFAL, 2008, p. 48, grifos do autor).

A UFAL assume, então, por meio do seu PDI 2008-2012, a proposta de reestruturação e expansão do Programa REUNI para as universidades federais do Brasil, incorporando textualmente seu Projeto de Adesão ao REUNI no seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Porém, mesmo a ideia de flexibilização curricular sendo adotada pela UFAL como algo inerente ao seu desenvolvimento institucional, tal organização dos cursos de graduação em troncos de conhecimento, como um espaço-tempo comum a todos os cursos, ficou restrita aos cursos dos *Campi* do interior, como podemos constatar no caso do *campus* Arapiraca.

O *campus* Arapiraca e os fundamentos da flexibilização curricular no projeto de interiorização e no plano reuni da UFAL

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para fins de planejamento, divide o estado de Alagoas em três Mesorregiões (Sertão Alagoano, Agreste Alagoano e Leste Alagoano) e treze Microrregiões (Serrana Sertão Alagoano, Alagoana do Sertão do São Francisco, Santana do Ipanema, Batalha, Palmeira dos Índios, Arapiraca, Traipu, Serrana dos Quilombos, Mata Alagoana, Litoral Norte Alagoano, Maceió, São Miguel dos Campos e Penedo). Nestas, estão distribuídos os 102 municípios que dão forma ao estado de Alagoas.

A Mesorregião Geográfica do Agreste Alagoano, segundo o Anuário Estatístico do estado de Alagoas, ano 2006, encerra três Microrregiões, a saber: a Microrregião de Palmeira dos Índios, formada pelos municípios de Belém, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas, Igaci Maribondo, Mar Vermelho, Minador do Negrão, Palmeira dos Índios, Paulo Jacinto e Quebrangulo; a Microrregião de Arapiraca, formada pelos municípios de Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craibas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, São Sebastião e Taquarana; por fim, a Microrregião de Traipu, formada pelos municípios de Olho d'Água Grande, São Brás e Traipu (ALAGOAS, 2007).

Arapiraca se apresentava, em 2006 – ano da criação do *Campus* Arapiraca – como uma potência econômica e o município mais importante do interior do estado, com sinais de industrialização combinados à pequena propriedade familiar:

Arapiraca é o símbolo da modernização possível no interior de Alagoas. Há muito [...] deixou de ser produtora exclusiva de fumo. Diversificou sua agricultura [...], mantendo tanto suas lavouras tradicionais como seu mundo rural centrado na pequena propriedade familiar. [...] Lá está concentrado o mais amplo comércio permanente, o distrito fabril (que industrializa parte da produção agrícola local), a maior feira semanal do estado e um setor de serviços (médico, bancário, ensino) dimensionados para atender ao Agreste e ao Sertão de Alagoas (CARVALHO, et al., 2006, p. 253).

Arapiraca se mostra, assim, como o símbolo do progresso alagoano desde a década de 1940, especialmente por causa de avanços econômicos e da cultura da propriedade rural de produção familiar, presente na Mesorregião do Agreste Alagoano, contrária aos latifúndios. Apesar desta previsão otimista, havia, em 2006, um dado preocupante em relação ao agreste alagoano: mais de 50% de sua população era não alfabetizada, isto é, de uma população residente de 580.543, apenas 298.034, correspondente a 45,52%, era alfabetizada. Na Microrregião de Palmeira dos Índios, o número de analfabetos era de 83.963, correspondente a 51,03% de sua população total; na Microrregião de Arapiraca, a quantidade de não alfabetizados era de 177.929, correspondente a 54,81% de sua população total; na Microrregião de Traipu, o número de analfabetos era de 20.617, o que correspondia a 57,61% de sua população total (ALAGOAS, 2007, p. 43).

Entendendo a universidade como agente de desenvolvimento social, era urgente a presença da UFAL na Mesorregião Agrestina que até então, segundo o diagnóstico da UFAL, só contava, na

cidade de Arapiraca, com quatro instituições de ensino superior (IES), sendo uma universidade estadual – pública – e três faculdades privadas.

Fazemos destaque, aqui, à presença da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) em Arapiraca, pois a mesma é fruto do desenvolvimento da primeira IES do agreste alagoano: a Fundação Educacional do Agreste Alagoano, instituição privada que data de 1970, sendo estadualizada em 1990 e recebendo em 1995 o nome de FUNESA que foi elevada ao status de universidade em 2006, tendo, segundo relatório da UFAL (2007), cerca de 160 docentes e 3.400 alunos de graduação. A UNEAL, apesar de fazer um trabalho de suma importância no agreste alagoano, por limitações físicas e humanas (quantidade de professores, técnicos, equipes de apoio) não tinha condições de atender a intensa demanda por educação superior pública, gratuita e de qualidade da região agrestina do estado de Alagoas.

Mediante a demanda e a necessidade da ampliação da oferta pública e gratuita da educação superior naquela região, a Comissão de Estudos sobre a Interiorização da UFAL elaborou, em dezembro de 2005, seu Projeto de Interiorização, prevendo a criação do *Campus* Arapiraca, sediado em Arapiraca, com Polos em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Inicialmente foram chamados de “Polos”, porém, com o advento da Universidade Aberta do Brasil em Alagoas, passaram a ser designados como “Unidades de Ensino”, pois a expressão “Polo”, segundo o Gestor 1 - entrevistado 2, confundia-se com os polos presenciais destinados à realização dos cursos à distância da UAB.

O *Campus* Arapiraca surge, conforme apresentado pelo Projeto de Interiorização da UFAL, para atender exclusivamente às necessidades demandadas pela vocação econômica da Mesorregião do Agreste alagoano. É interessante observar que as cidades de Penedo e Viçosa, contempladas pelo *Campus* Arapiraca através de Unidades de Ensino, não fazem parte da Mesorregião do Agreste alagoano. As cidades de Penedo e Viçosa, segundo o Anuário Estatístico do estado de Alagoas, ano 2006, estão encerradas na Mesorregião do Leste Alagoano: esta pertence à Microrregião Serrana dos Quilombos; aquela à Microrregião de Penedo. Essas duas cidades, além de fazerem parte de outra mesorregião com características econômicas e geográficas diferentes da Mesorregião do Agreste, ficam respectivamente a 78,0 km e 109,0 km de distância da cidade de Arapiraca.

Contudo, nem o Projeto de Interiorização da UFAL, nem o Plano REUNI da UFAL fazem alusão a esse dado que consideramos importante, já que o Projeto de interiorização da UFAL foi pensado a partir da necessidade de atender às demandas específicas de cada Mesorregião do estado de Alagoas a partir de suas vocações econômicas.

Previa-se, inicialmente, para o *Campus* Arapiraca, em sua sede e unidades de ensino, a implantação de 16 cursos de graduação oferecendo, inicialmente, 40 vagas/ano, a partir do segundo semestre de 2006, atendendo 640 alunos/ano e 2.560 alunos/ano, quando em pleno funcionamento das unidades: Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia licenciatura, Ciência da Computação, Educação Física, Enfermagem, Engenharia da Pesca, Física licenciatura, Matemática licenciatura, Medicina Veterinária, Psicologia, Química licenciatura, Serviço Social, Turismo, Zootecnia (UFAL, 2005, p. 19).

Esses cursos foram oferecidos, já em 2006, sob uma nova organização curricular, materializando a chegada da Universidade Federal de Alagoas ao Agreste Alagoano. Chega, pois, ao interior do estado de Alagoas, um modelo de universidade diferente daquele presente em Maceió no *Campus* A. C. Simões. Um modelo universitário flexível, considerado inovador, orientado pela lógica da otimização, isto é, pela racionalização de recursos humanos e físicos cuja materialização se deu pela organização curricular dos cursos em Troncos de Conhecimento (UFAL, 2005, p. 48).

Segundo o Projeto de Interiorização da UFAL, o Tronco Inicial é caracterizado como “parte integrante obrigatória e comum do projeto pedagógico de todos os cursos de graduação interiorizados pertencentes a cada Eixo Temático” (UFAL, 2005, p. 48). Sendo assim, todos os cursos oferecidos pela UFAL, no *Campus* Arapiraca, têm o Tronco Inicial como primeira etapa formativa de seus ingressos. Esse tronco tem a duração de um semestre, ofertando 400 horas divididas entre quatro disciplinas (UFAL, 2005, p. 49).

O Tronco Intermediário, de conteúdo comum aos cursos de cada Eixo Temático, reúne os cursos de graduação de cada eixo de conhecimento com o objetivo de contribuir, a partir da oferta de disciplinas instrumentais de síntese e por um projeto integrador, com a discussão crítica dos saberes inerentes à formação básica comum a esses cursos (UFAL, 2005).

Esse Tronco tem também a duração de um semestre e suas disciplinas variam a depender do eixo temático no qual os cursos se encontrem. Por fim, o Tronco Profissionalizante apresenta os conteúdos e discussões próprios a cada curso, observando as características e idiossincrasias do Projeto Pedagógico de cada um, tendo duração variável por conta da especificidade de cada formação profissional.

No que diz respeito ao modelo universitário adotado para o processo de interiorização da UFAL, o forte argumento presente no Projeto de interiorização da UFAL (2005) e no Plano REUNI da UFAL (2007) é de que esse modelo de universidade responderia às vocações econômicas do agreste e do sertão alagoanos. Todavia, o modelo proposto para a chegada da UFAL ao interior de Alagoas foi o mesmo utilizado no processo de expansão de outras universidades do Brasil, afinado com o processo de Bolonha e com o projeto Universidade Nova, como indicam alguns estudos (ARAUJO, 2011; FONSECA, 2013; PAULA, 2009; WESKA, 2012).

Esse modelo, pautado na flexibilização curricular, não responde, na verdade, às necessidades específicas do agreste alagoano; basta ver que o mesmo modelo que se pensa para o agreste se pensa também para o *Campus* do sertão, segunda etapa do processo de interiorização da UFAL.

Em boa medida, tal modelo responde às exigências e determinações do governo federal para expandir a educação superior com o mínimo possível de gastos, como aponta o Banco Mundial (1995). O modelo de universidade que chega ao agreste alagoano é o de uma universidade orientada pela racionalidade econômica, otimizada, que consegue atender o máximo possível da demanda com o mínimo possível de infraestrutura física e de recursos humanos e financeiros.

Considerações finais

Entendemos que o tardio processo de interiorização da UFAL para o agreste de Alagoas é fruto de um processo nacional de expansão precarizada das universidades brasileiras e materializa, em sua organização curricular em troncos de conhecimento, uma universidade que privilegia o ensino em detrimento da pesquisa e da extensão, desarticulando o tripé que sustenta a universidade como foi apontado no trabalho de Santos (2016).

Nesse sentido, o projeto do governo federal de expansão da educação superior, via REUNI, é a continuidade histórica de uma forma dualista e classista de se pensar a educação, cujos antecedentes remontam ao Estado Novo, com a Reforma Capanema, e ao Regime Militar, com a Reforma Universitária de 1968. Essa marca é reeditada a partir dos anos 2000, quando a reforma universitária proposta implica no fato da expansão da universidade pública para a classe trabalhadora orientada pelo discurso gerencialista e pela prática restritiva de recursos humanos e financeiros.

O Projeto REUNI da Universidade Federal de Alagoas, por sua vez, propõe um modelo de universidade otimizada para o interior alagoano cujo objetivo é ofertar o máximo de matrículas na graduação com o mínimo possível de estrutura física e humana.

A UFAL, afinada com o projeto Universidade Nova, cria o *Campus* Arapiraca com uma proposta acadêmico-curricular diferente daquela existente no *Campus* Maceió. Tal dado é significativo, pois Alagoas, mesmo tendo apenas uma universidade federal, a UFAL, passa a ter *Campi* com modelos distintos, ou pelo menos, uma universidade que, a depender de onde esteja situada territorialmente – se no interior ou na capital, oferta cursos de graduação de mesma nomenclatura, mas com configurações curriculares díspares entre si:

Os cursos de graduação oferecidos no Campus Arapiraca, distintos daqueles do Campus Maceió, adotam projetos pedagógicos inovadores, racionais e flexíveis, e novos padrões e procedimentos institucionais, consoantes com as novas dinâmicas do conhecimento e com os objetivos da formação competente e cidadã, *mas sem sacrificar a qualidade* nem deixar de ser apropriado às novas condições de operação da Instituição (UFAL, 2007, p. 18, grifo nosso).

O Plano REUNI da UFAL é contraditório em seu texto, pois apresenta a adoção de uma nova estrutura acadêmico-curricular como algo positivo, coerente com as novas demandas da educação

superior no estado de Alagoas e no mundo, porém desconstrói a argumentação com a introdução de uma oração coordenada adversativa “[...] mas sem sacrificar a qualidade [...]”. Ora, se a proposta acadêmica é inovadora e, por sua flexibilidade, capaz de dialogar com as necessidades da nova ordem mundial, por que se precisa observar adversativamente o não sacrifício da qualidade? Os limites do modelo curricular flexível, proposto para o interior, já estão postos ou desenhados desde a sua formulação. Nesse sentido, a expressão adversativa destacada há pouco dialoga com a proposta de Meira Mattos que propõe também, sem sacrificar a qualidade, uma educação barateada aos pobres.

O “Projeto REUNI da UFAL”, ao caracterizar a proposta pedagógica dos cursos de graduação do *Campus Arapiraca* como inovadora, racional e flexível, em oposição aos cursos do *Campus Maceió*, deixa implícita a ideia de que a proposta pedagógica dos cursos do *Campus Maceió* é antiquada frente às novas demandas da educação superior no estado de Alagoas. Mas, na realidade, a principal finalidade dessa proposta não é responder às demandas da educação superior no estado, mas sim atender ao caráter economicista da expansão da educação superior em movimento no Brasil.

O projeto pedagógico “inovador, racional e flexivo” atende, na verdade, à economia de recursos físicos e humanos pré-posto nas Diretrizes Gerais do REUNI por meio da ideia da otimização, a qual preconiza uma expansão econômica em recursos, como se deu em Alagoas, oferecendo-se às classes trabalhadoras uma educação sacrificada ou purgada pela via da racionalidade:

A lógica, pois, que vai reger o deslocamento da UFAL para o interior do estado de Alagoas é justamente a da “otimização”. A universidade, via REUNI, de fato, chega ao interior do estado de Alagoas e ali consolida sua presença. Contudo, é *condicio sine qua non* para tal acontecimento a adoção de um modelo mais barato, obedecendo aos princípios do REUNI de expandir a educação superior da maneira mais econômica possível, corroborando com o quadro de atraso e retrocesso no processo de solidificação da educação formal em Alagoas.

Referências

ALAGOAS. **Anuário Estatístico do Estado de Alagoas**: ano 2006. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2007. Disponível em: http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/anuario_2013-27-06-2014.pdf. Acesso em: 23 set. 2015.

BRANDÃO, Francisco Henrique Moreno (org.). **O Centenário da Emancipação Política de Alagoas**. 2. Ed. Maceió: Edições Catavento, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007a. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni**. Brasília, 24 abr. 2007. Disponibilidade em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 10 de outubro de 2012.

CARVALHO, C. P. O. et al. **Municípios Alagoanos**. Maceió: Instituto Arnon de Mello, 2006.

CAVALCANTE, Simone; VERÇOSA, Elcio. **O embrião de um projeto**. 2011. Disponibilidade em: <http://www.ufal.edu.br/noticias/2011/01/o-embriao-de-um-projeto>. Acesso em 15 ago. 2015.

COSTA, Craveiro. **Instrução Pública e instituições Culturais em Alagoas**. Maceió: Imprensa Oficial, 1931.

_____. **Instrução Pública e instituições Culturais em Alagoas**. In.: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da educação em Alagoas**: da Colônia aos dias atuais. Maceió: Edições Catavento, 2001.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

UFAL. **Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas**: uma expansão necessária. Maceió, 2005.

_____. **Plano de Desenvolvimento institucional (2006-2008)**. Maceió, 2006.

_____. **PROJETO REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (2008-2012)**. Maceió, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Caminhos da educação em Alagoas: da Colônia aos dias atuais**. Maceió: Edições Catavento, 2001.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias**. 4. ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

_____. **História do Ensino Superior em Alagoas: verso e reverso**. Maceió: EDUFAL, 1997.

SANTOS, Lavoisier Almeida dos. **Reforma universitária e flexibilização curricular: uma análise do REUNI no agreste alagoano**. 2016. 148.f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2016.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 29 de novembro de 2018.